

Estudo Técnico Preliminar 3/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

O presente Estudo Técnico objetiva apontar a solução que melhor atende aos interesses da Administração em face da demanda de manutenção preventiva, corretiva e emergencial das instalações elétricas, mecânicas e civis na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso (SR/PF/MT) e das Delegacias Descentralizadas da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso, formalizada através do Documento de Oficialização de Demanda GTED/SELOG/SR/PF/MT (SEI 24965550) e Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação SELOG/SR/PF/MT (SEI 25091372).

As seções abaixo realizam análise pontual de diversos aspectos da demanda e da futura contratação, seguindo orientações presentes na Instrução Normativa nº 5/2017-MPDG, de 26 de maio de 2017, em especial aquelas relacionadas à elaboração dos Estudos Preliminares.

3. Descrição da necessidade

As unidades da SR/PF/MT e as Delegacias Descentralizadas de Mato Grosso necessitam de contratação de empresa especializada em engenharia para realizar a prestação dos serviços terceirizados, com fornecimento de materiais, ferramentas, EPI, serviços por demanda, equipamentos e mão de obra, compreendendo os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de eletricidade, hidrossanitário, marcenaria, rede de hidrantes e extintores, prevenção e alarme contra incêndio, grupo motor-gerador, nobreaks, subestação de energia elétrica, sonorização, CTFV, sistema de controle de acesso, estação de tratamento de esgoto da Delegacia de Cáceres, refrigeração, além de pequenos serviços e reparos civis e arquitetônicos relacionados à manutenção predial, para atender às necessidades, no que couber, relacionadas ao funcionamento e à segurança das instalações, dos sistemas e dos equipamentos dos edifícios.

O aspecto preventivo dos serviços, particularmente, fará com que sejam minimizadas as intervenções corretivas nos equipamentos. A atividade preventiva aumenta o nível de segurança e conforto para os usuários, sejam eles servidores ou civis, além de resguardar o patrimônio público, mantendo-o em perfeito estado de conservação e funcionamento.

É de suma importância frisar que constitui dever de o Administrador Público zelar pelos bens colocados à disposição para consecução do interesse público. Citando José dos Santos Carvalho Filho:

"Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta sim a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos. O princípio da indisponibilidade enfatiza tal situação. A Administração não tem a livre disposição dos bens e interesses públicos, porque atua em nome de terceiros.(...) O princípio parte, afinal, da premissa de que todos os cuidados exigidos para os bens e interesses públicos trazem benefícios para a própria coletividade."

Além disso, a necessidade de contratação pode ser avaliada sob 3 (três) óticas distintas e correlacionadas: funcional, técnica e normativa.

Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento dos equipamentos instalados nas unidades da Polícia Federal de Mato Grosso, como um meio para que o órgão atinja os seus fins.

Aspecto Técnico - Necessidade para atender a manutenção e conservação da edificação e dos sistemas que apresentam elevada complexidade, requerendo, para a adequada realização do serviço de manutenção predial, o emprego de conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial.

Aspecto Normativo - Necessidade da contratação para atender às normas técnicas brasileiras, como as da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, normas regulamentadoras de segurança do trabalho, e demais leis, instruções normativas e decretos técnicos e administrativos pertinentes.

Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços, visando à execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva, de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de atendimentos emergenciais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e o conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa n.º 05/2017-MPOG.

Nessa toada, é indispensável notar que há um arcabouço de normatização alusiva à manutenção de edifícios, e que tais normas deverão ser seguidas e adotadas no âmbito da contratação pretendida pelo presente processo. A seguir, apresentam-se as normas, procedimentos, recomendações, disposições e tudo quanto mais seja pertinente à contratação pretendida, as quais estarão também nomeadas no Termo de Referência, porém de forma respectiva a tópicos específicos.

- NBR 5410/2004 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- NBR 5419 - Proteção de Estruturas contra Descargas Atmosféricas
- NBR 10719 – Apresentação de relatórios técnico-científicos – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- NR 6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI - Ministério do Trabalho e Emprego
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - Ministério do Trabalho e Emprego
- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade do Trabalho e Emprego - e seus complementos
- NR 23 – Proteção Contra Incêndios - Ministério do Trabalho e Emprego
- NR 35 – Trabalho em Altura
- Disposições legais da União e do Governo da Paraíba
- Regulamentos das concessionárias
- Prescrições e recomendações dos fabricantes
- Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT
- Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção
- Resolução nº 425/98 do CONFEA
- IN/SLTI nº 01, de 19/01/2010
- Lei nº 8.078, de 1990
- Decreto nº 7.203, de 2010
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017
- Portaria 3.523, do Ministério da Saúde, de 28.08.1998
- Resolução RE 176, de 24.10.2000 da ANVISA revisada pela Resolução nº 09, de 16/01/2003 e outras legislações pertinentes
- Resolução CONAMA nº340 de 25/09.2003
- Resolução nº 1.094/CONFEA, de 31 de outubro de 2017
- Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014
- Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014
- Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002
- Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006
- Norma NBR10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT,
- NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
- Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90
- Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000
- Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017
- Instrução Normativa RFB nº 971/2009

Diante do exposto justifica-se a necessidade da demanda apresentada, mostrando-se indispensável a contratação de empresa especializada em serviços e manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, a fim de sanar eventuais problemas, prevenir perdas e garantir a continuidade de serviços, contribuindo de maneira relevante com as atividades institucionais.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

SELOG/SR/PF/MT

Luiz Antonio Moreira Martines

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

Como requisitos *lato sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, para fornecer materiais e executar serviços;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Dimensionar corretamente a quantidade de postos de trabalho e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com o menor dispêndio de recursos possível;

Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

A CONTRATADA deverá realizar as manutenções preditivas e preventivas segundo planejamento definido com base no plano de manutenção definido no Termo de Referência, fornecendo os insumos necessários e a mão de obra relacionada, bem como os EPIs e as ferramentas necessários na realização dos serviços.

Os serviços devem ser realizados por técnicos comprovadamente qualificados para a sua execução, utilizando-se ferramentas, EPIs e equipamentos compatíveis com o tipo de aplicação, apresentando-se em perfeito estado de conservação e, quando aplicável, devidamente calibrados segundo padrões técnicos recomendados pelo fabricante.

A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva respeitando o horário normal de expediente da SR/PF/MT e das Delegacias descentralizadas do Estado de Mato Grosso, de segunda à sexta-feira, conforme detalhado no Termo de Referência.

Fora deste horário, ou dos dias explícitos, deverá ser autorizado pela Fiscalização do Contrato, conforme regras a serem detalhadas no Termo de Referência, exceto quando se tratar da prestação de serviço de manutenções corretivas solicitadas pelo CONTRATANTE para o reparo emergencial de equipamentos que estejam parados e que sejam essenciais e indispensáveis para o funcionamento da unidade ou que apresentem riscos de acidentes.

A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários dos serviços mensais, exceto os materiais e peças, que terão seus custos orçados conforme regras definidas no Termo de Referência.

Os serviços objeto deste documento serão executados por equipe disponibilizada pela CONTRATADA devendo esta, obrigatoriamente, obedecer aos requisitos de formação profissional exigidos na contratação.

Natureza do Serviço:

Trata-se de serviço comum de natureza continuada, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, pois visa ao atendimento das necessidades das instalações da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso, de forma contínua e por mais de um exercício financeiro, no que se refere ao apoio técnico aos servidores e dirigentes no cumprimento eficiente das suas atribuições e competências. A realização contínua dos serviços representa um suporte ao funcionamento das atividades finalísticas das unidades policiais, cuja interrupção poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Diante do exposto e sem prejuízo à continuidade das atividades, justifica-se a necessidade da execução contínua dos serviços.

Critérios e práticas de sustentabilidade

A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução nº 307, de 05/07/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, devendo ainda, quando for o caso adotar as práticas de sustentabilidade quando da prestação dos serviços contratados de acordo com os critérios da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010, em especial no tocante à:

Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Respeito às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre os resíduos sólidos;

Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO - abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

A Contratada se responsabilizará administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo, inclusive, responder perante a Polícia Federal do Mato Grosso pelos eventuais prejuízos causados à instituição.

Na execução dos serviços, para as tarefas de limpeza, a Contratada deverá utilizar somente produtos biodegradáveis registrado no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substância classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas, ou que venham causar danos ou corrosões nas instalações e equipamentos.

Ressalta-se que o descarte de peças, acessórios, equipamentos, deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e atender a todas as normas vigentes quanto a preservação do meio ambiente - Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Necessidade de transição contratual:

Devido ao fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado, não se identificou necessidade de transição contratual.

O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, que atenda ao Plano de Manutenção Predial a ser detalhado no Anexo II do Termo de Referência, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com disponibilização de mão de obra exclusiva, exceto o engenheiro, o qual a função não necessitará de prestação de serviço com exclusividade, é o seguinte:

Operador de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) em Cáceres - CBO 8623-05;

Técnico em Eletrotécnica - CBO 3131-05;

Eletricista - CBO 7156-15;

Mecânico de Refrigeração - CBO 7257-05;

Auxiliar de Manutenção Predial - CBO 5143-10;

Oficial de Manutenção Predial - CBO 5143-25;

Engenheiro Mecânico - CBO 2144-05;

Engenheiro Eletricista - CBO 2143-15;

Engenheiro Sanitarista - CBO 2142-60;

Engenheiro Civil - CBO 2142-05.

Qualificações técnicas:

Atender os termos definidos no art. 67 da Lei no. 14.133/21, devendo dispor de:

Declaração da Licitante, sob assinatura do Representante da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à Contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro, junto ao CREA/MT, da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (art. 1º da Lei nº 6.496/1977).

Declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos referentes ao registro ou à inscrição da Licitante na entidade profissional competente (CREA), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Os profissionais indicados pela Contratada para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se, durante a execução contratual, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Contratante, conforme determina, em seu art. 67, § 6, a Lei nº 14.133/21.

Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários, na data da licitação, pelo menos 01 (um) profissional de nível superior apto a desenvolver as atividades relacionadas com o objeto desta licitação, para atuar como Responsável Técnico no Contrato, mediante apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional e de um documento que comprove o vínculo empregatício com a Licitante;

No mínimo 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) Atestado de Capacidade Técnica, emitida e registrada pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível em características e prazo com o objeto a ser contratado, comprovando que a licitante tenha realizado manutenção em equipamentos com a capacidade mínima especificada no termo de referência;

Habilitação jurídica:

estar em consonância com os termos do art. 66 da Lei no. 14.133/21, devendo dispor de toda documentação e registros exigidos pela legislação em vigor.

Qualificação econômico-financeira:

estar em consonância com os termos do art. 69 da Lei no. 14.133/21, devendo comprovar seu balanço patrimonial através de demonstrações contábeis, bem como sua boa situação financeira;

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

estar em consonância com os termos do art. 68 da Lei no. 14.133/21, devendo atestar sua:

a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e

o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

As exigências especificam minimamente as necessidades de serviços e projetam um patamar aceitável à uma boa execução.

6. Do Planejamento do Órgão

A contratação pretendida se alinha às diretrizes estratégicas da PF, contidas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria n.º 1735/2010-DG/PDF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso: pessoal motivado, apoio logístico efetivo e credibilidade mantida.

Dentre os objetivos institucionais supracitados fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário /cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação dos serviços de manutenção pelos motivos expostos anteriormente.

Dentro do objetivo Institucional ainda temos:

9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais.

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo inequivocamente para o atendimento da sua atividade fim.

7. Levantamento de Mercado

Para o atendimento da demanda especificada, foram levantadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1: Contratação de manutenção corretiva de forma não continuada, por escopo e com fornecimento de materiais

Descrição: neste modelo, a contratação contempla a execução de reparos na infraestrutura de maneira pré-estabelecida (programada), apontando-se todas as necessidades de serviços e materiais ao contratado, que os executará/fornecerá com prazo de conclusão determinado previamente.

Pontos positivos: ao se estabelecer previamente as atividades e materiais a serem executadas/fornecidos, pode-se obter uma economia de custos na contratação. Também, não se teria a condição de posto de trabalho permanente, o que representa uma maior facilidade no tocante à fiscalização contratual.

Pontos negativos: pela própria natureza de qualquer imóvel, sua degradação/desgaste sempre ocorrerá, seja pela ação do tempo e intempéries, seja pela contínua utilização pelos seus ocupantes. Neste modelo de contratação, tão logo após o seu término, certamente já se teriam novos reparos a serem executados, revelando a necessidade de um ciclo continuado de repetidas contratações, onerando de maneira desnecessária a Administração.

Alternativa 2: Contratação de manutenção corretiva de forma continuada, com fornecimento de material e serviços por demanda

Descrição: neste modelo, a contratação contempla a execução de reparos na infraestrutura predial de maneira continuada, ou seja, com mão-de-obra exclusiva (postos de trabalho) e descritivo de itens a serem reparados /verificados rotineiramente por ordens de serviço.

Pontos positivos: o principal fator positivo deste modelo de contratação se dá pela maior agilidade e rapidez no atendimento de pequenos reparos cotidianos, evitando-se descontinuidades e "ciclos" de contratação do modelo anterior. Além disso, as manutenções podem ser melhor planejadas, dado que a prestação dos serviços dar-se-á de maneira ininterrupta.

Pontos negativos: a presença de postos de trabalho exige maior dedicação da equipe de fiscalização contratual, além de planejamento adequado da rotina de trabalho e execução dos serviços ao longo de todo o tempo de vigência contratual.

Para analisar as alternativas acima, foram analisadas diversas contratações de manutenção predial de outras unidades da PF e de diversos órgãos, na busca pela solução que mais atenderá as demandas da SR/PF/MT, sendo ponderado diversas questões como características da área meio do órgão, carência de servidores para prestarem gestão e fiscalização dos contratos, principalmente

habilitados para exercer a função, gestão de custos com contratações públicas, celeridade em atendimento as demandas de manutenção, melhor solução para atendimento da urgência da contratação. O modelo escolhido é comumente utilizado pela administração pública e abaixo, listamos alguns dos vários modelos analisados:

- PREGÃO ELETRÔNICO SRRF/07 N° 01/2018;
- PREGÃO ELETRÔNICO AGU – SAD/PE N° 22/2017;
- PREGÃO ELETRÔNICO MPM N° 75/2017;
- PREGÃO ELETRÔNICO MPDFT N.º 29/2015;
- PREGÃO ELETRÔNICO MPF_PB N° 4/2017 (SRP);
- PREGÃO ELETRÔNICO MPF_PRDF N° 1/2016;
- PREGÃO ELETRÔNICO TRT 6ª REGIÃO N° 51/2017 (SRP);
- PREGÃO ELETRÔNICO CEF BRASÍLIA/DF N° 022/7066-2018;
- PREGÃO ELETRÔNICO TCU N.º 26/2019;
- PREGÃO ELETRÔNICO PGR N.º 10/2018;
- PREGÃO ELETRÔNICO MPDG N.º 32/2019;
- PREGÃO ELETRÔNICO DNIT N.º 249/2020-05;
- PREGÃO ELETRÔNICO DNIT N.º 0356/2020-09;
- PREGÃO ELETRÔNICO RECEITA FEDERAL SRRF/05 N.º 01/2021;
- PREGÃO ELETRÔNICO PGR N.º 10/2018;
- PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2020 SR/PF/MT;
- PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2021 SR/PF/RN; e
- PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2021 SR/PF/PE

Da consulta ou audiência pública

A consulta ou audiência pública foi dispensada pelo fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

Justificativa da alternativa escolhida

Depreende-se que a melhor alternativa para a presente contratação seja a **Alternativa 2**, isto é, de forma continuada com postos de trabalho em dedicação exclusiva. Dentre os diversos motivos para tal escolha, entende-se que o principal deve-se às características construtivas das unidades de responsabilidade da SR/PF/MT e aos diversos tipos de equipamentos com suas devidas complexidades para serem mantidos. Além disso, as inúmeras ocorrências diárias de chamados de manutenção, muitas vezes demandam solução imediata que somente a mão-de-obra dedicada poderia solucionar em tempo hábil, garantindo a segurança da população do edifício, a integridade permanente das suas características construtivas e o devido funcionamento dos equipamentos.

Enquadramento do bem e serviço a ser contratado como bem e serviço comum

Os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os serviços a serem contratados deverão ser prestados de forma contínua, visto que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

8. Descrição da solução como um todo

Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadram-se na classificação de serviços comuns de engenharia e deverão ser licitados através da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço global, com agrupamento dos serviços, dispostos em itens, com todo o objeto adjudicado a um único licitante.

É legal a exigência de comprovação técnica-profissional e técnico-operacional relativa à execução de serviços de elevada representatividade no cômputo do valor global do objeto licitado (art. 62, inciso II, da Lei 14.133/21 e Súmula TCU 263).

- As exigências de capacidade técnica têm fundamento constitucional (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988), sendo permitidas no processo licitatório quando forem imprescindíveis à garantia do cumprimento das obrigações e pertinentes em relação ao objeto licitado. (Acórdão 2934/2014-Plenário).
- A exigência de atestado para itens específicos, apesar de ser condição excepcional, fundamenta-se na relevância particular de determinados itens para a consecução da manutenção predial e, ainda, pelo serviço de manutenção da Usina Fotovoltaica não ser um serviço usual em contratos de prestação de serviço de manutenção predial. (Acórdão 2079/2014-Plenário).
 - As exigências de habilitação devem guardar proporcionalidade com a dimensão e a complexidade do objeto licitado, de modo a proteger a Administração Pública de interessados inexperientes ou incapazes para prestar o serviço desejado. (Acórdão 4914/2013-Plenário).
 - É possível a Administração exigir algum tipo de comprovação de aptidão técnica em itens que, apesar de baixa representatividade no orçamento, podem influir no resultado esperado da prestação do serviço a ser contratado. (Acórdão 342/2012-Plenário).
 - A vistoria técnica, quando necessária, pode ser realizada por qualquer preposto da licitante, desde que possua conhecimento técnico suficiente para tanto, ou até mesmo ser terceirizada para profissional competente, a fim de ser ampliada a competitividade do procedimento licitatório. (Acórdão 2672/2016-Plenário).
- Para fins de habilitação técnica, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social. (Acórdão 642/2014-Plenário).
 - A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional deve guardar pertinência com o objeto licitado, inserindo-se na esfera da discricionariedade da Administração. (Acórdão 6846/2011-Plenário).

A contratação implementará, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão contínua dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências do CONTRATANTE.

Serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial

O engenheiro (civil ou eletricitista) será responsável pela condução dos serviços, confecção de relatórios, gestão da equipe, elaboração de orçamentos, laudos, planejamento dos serviços, cronogramas e supervisão da execução dos serviços em que se fizer necessária a presença do respectivo profissional. Organizará as prioridades das ordens de serviço de manutenção corretiva, assim como analisará o tempo de serviço e gastos de materiais para criação de estatísticas que auxiliarão na organização das manutenções preventivas e preditivas.

Equipe Fixa - Executarão serviços de manutenção, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Executarão as manutenções preventivas e corretivas em todos os equipamentos, verificando as ações necessárias ao cumprimento do objeto do contrato e executando as rotinas de manutenção, conforme **Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)** a ser elaborado pela empresa contratada, seguindo as diretrizes que serão estipuladas no Termo de Referência.

Serviços Eventuais (sob Demanda) - são serviços executados sob demanda específica e que visam ao atendimento de necessidades que extrapolam os planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada. Serão listados os profissionais que não são objeto do escopo da equipe fixa e que em caso de necessidade poderão ser instados, conforme regras definidas no Termo de Referência.

Ainda que sejam serviços eventuais, são indispensáveis à manutenção do edifício. Por se tratarem de serviços por demanda, e por serem serviços que envolvem algumas particularidades técnicas, a execução dos mesmos poderá ser subcontratada, desde que atendidas todas as condições legais, e mediante autorização do CONTRATANTE. A subcontratação dos serviços não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades.

A contratação será por meio de demanda, uma vez que são serviços de natureza eventual, não havendo, com isso, necessidade de manter equipe residente para execução dos mesmos. Ademais, a prestação desses serviços por meio de demanda resultará em economia para a Administração, uma vez que o atendimento será mais rápido e eventual necessidade de apoio técnico a esses profissionais será suprida pela equipe residente.

Peças e Materiais - Relação estimativa de insumos que poderão ser utilizados nos serviços contínuos, realizados pela equipe fixa, e nos serviços eventuais supracitados, nos quais seja necessária a utilização de peças e/ou materiais.

Considerando as dificuldades enfrentadas pela unidade para prever e adquirir todas as peças e componentes de reposição, além dos materiais de uso imediato para a realização dos serviços de manutenção, torna-se indispensável contemplar na contratação o fornecimento de peças e materiais pela CONTRATADA, sempre que necessário e solicitado pelo CONTRATANTE. Ademais, existem materiais que só serão utilizados eventualmente, sem condições de se prever seu uso ou aplicação, e, dessa forma, a aquisição desse material poderá resultar em prejuízos para a Administração, visto que,

além dos custos com a compra e os recursos dispensados com o armazenamento e conservação, podem nunca vir a ser utilizados, dada a descontinuidade de equipamentos antigos e ineficientes. Dessa forma, o fornecimento desses materiais pela CONTRATADA apenas no momento da utilização terá um custo benefício justo e compatível com os interesses da Polícia Federal.

Serviços Especializados - Serviços Especializados, necessários para a análise e tratamento físico-químico da água de condensação e água gelada, análises químicas dos efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto e limpeza de fossa da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT, manutenção dos *chillers* e do grupo moto-gerador (GMG), objetos deste contrato, e que deverão ser executados ou subcontratados pela CONTRATADA, **sob demanda**, durante a vigência contratual, e cujo pagamento será efetuado em conformidade com os preços constantes da planilha de serviços especializados apresentada pela empresa vencedora do certame, consoante estipulado no Termo de Referência.

A subcontratação de serviços especializados e complexos permite a participação de um número maior de empresas na licitação, aumentando a competitividade, possivelmente reduzindo os custos de execução e reduzindo os riscos de uma licitação deserta, já que existe um número reduzido de empresas que detêm *expertise* para realizar tais serviços em conjunto.

A subcontratação das manutenções preventivas, preditivas e corretivas de equipamentos complexos permite não apenas a economia financeira, pois a adição de um posto de trabalho em tempo integral de profissionais para manter cada um dos sistemas citados se torna mais dispendiosa pelos custos trabalhistas, além de ter que incluir eventuais equipamentos de uso dedicado, do que a subcontratação de uma empresa especializada que conta com tal(is) profissional(is) e pode manter um salário adequado, inclusive maior do que o pago pela administração pública, ao atender vários equipamentos daquele tipo, com o mesmo colaborador e com os mesmos equipamentos.

Ainda nesse sentido, tais profissionais, ao executarem manutenções preventivas, preditivas e corretivas em vários equipamentos similares de diferentes instalações, adquirem *expertise* técnica, muito relevante e necessária, ao lidar com equipamentos de alta complexidade, de marcas e modelos distintos e em diferentes situações e condições técnicas. Adicionalmente, criar postos específicos para cada um desses serviços, além de demandar maiores custos de pessoal, certamente criaria um problema de mercado para as pequenas empresas, pois as mesmas teriam muita dificuldade em dispor de profissionais tão qualificados em diferentes áreas, e o custo de contratação destes para execução de manutenção em apenas uma instalação torna o mesmo inviável, deixando ociosa a mão de obra especializada.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para definição da demanda de serviços e dos quantitativos a serem contratados, foi considerada a estrutura física da Unidade e a previsão de suas necessidades de manutenção, além das especificações constantes no Manual de Manutenção de Obras Públicas-Edificações, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento.

O método a ser utilizado para quantificar a contratação levará em conta a frequência de manutenções preventivas, corretivas, emergenciais, sob demanda e especializada, lembrando que, caso haja coincidência de datas, a manutenção corretiva e a emergencial podem ser realizadas juntamente com a preventiva.

Considerando que em diversas atividades a serem executadas será indispensável a participação simultânea de duas pessoas, estimou-se que, para que ocorra uma boa fruição dos serviços contratados, será necessário 5 (cinco) postos de trabalho continuados, com trabalho diário de segunda a sexta-feira, perfazendo o total de 44 horas semanais, para os cargos elencados no item 4.7 deste documento (menos aos engenheiros e ao operador da estação de tratamento de esgoto que serão pagos por horas determinadas, conforme termo de referência e anexos). Esta equipe será coordenada por um engenheiro, que atenda aos requisitos estabelecidos no termo de referência, que deverá estar a disposição do contrato por 24 horas mensais e será responsável por confeccionar relatórios, laudos, cronogramas de execução de serviços.

Os valores dos serviços de manutenção corretiva e dos chamados emergenciais não serão destacados dos valores dos serviços de manutenção preventiva previstos em cronograma, com o objetivo de incentivar a Contratada a prestar uma manutenção preventiva eficiente, tendo em vista que a realização de uma boa manutenção preventiva evitará a necessidade de manutenções corretivas e de chamados emergenciais.

As peças de reposição foram estimadas com base no histórico de utilização dos contratos da Polícia Federal em suas diversas unidades regionais, bem como no histórico do Contrato 06/2020 SR/PF/MT, e serão fornecidas pela contratada sempre que necessárias para a realização dos serviços, devendo a SR/PF/MT efetuar o ressarcimento dos valores nos moldes a serem propostos no Termo de Referência. Metodologia semelhante será adotada nos serviços especializados e por demanda.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.449.033,72

O cenário ideal para contratação seria de 01 (um) posto de trabalho, de oficial de manutenção predial, para cada Delegacia Descentralizada no interior do Estado do Mato Grosso (Sinop, Cáceres, Rondonópolis e Barra do Garças), contemplando atividades de manutenção geral por 01 (um) oficial de manutenção predial, com conhecimentos básicos de hidráulica predial, elétrica, dentre outras atividades relacionadas, além de 01 (um) posto de trabalho, de operador de estação de tratamento de esgoto, para Delegacia Descentralizada em Cáceres e 01 (um) posto de trabalho, de engenheiro sanitário, para supervisão técnica de todas as atividades relacionadas. Para serviços que necessitem de acompanhamento de outro funcionário, será necessária a criação de horas eventuais de mão de obra para auxílio, aplicado caso a caso, sob orientação da unidade gestora em Cuiabá/MT.

Para Cuiabá, haja vista o tamanho da edificação principal (Superintendência Regional), bem como as unidades complementares ao longo da região metropolitana (Base GISE; sala no aeroporto Marechal Rondon; e Posto de Serviços no Goiabeiras Shopping), será necessária a contratação de no mínimo 05 (cinco) postos de trabalho para atender à demanda constante - mecânico de refrigeração, oficial de manutenção predial, eletrotécnico, eletricitista, auxiliar de manutenção, bem como a de outros 03 postos de trabalho (engenheiro mecânico, engenheiro eletricitista e engenheiro civil) para supervisão técnica de todas as atividades relacionadas.

É importante ressaltar que a redução da carga horária de trabalho, redução de postos ou a extinção dos mesmos, pode prejudicar em sobremaneira as atividades de manutenção predial no âmbito das unidades do Mato Grosso, prejudicando ou impedindo as atividades fim e meio da PF nas edificações a serem mantidas.

ITEM	LOCAL	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
1	CUIABÁ VÁRZEA GRANDE	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	7.872,02	7.872,02	94.464,24
2		ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO EM GERAL (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	8.684,80	8.684,80	104.217,60
3		OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	8.547,94	8.547,94	102.575,28
4		AUXILIAR DE MANUTENÇÃO (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	6.636,17	6.636,17	79.634,04
5		MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	6.413,50	6.413,50	76.962,00
6		HORA TÉCNICA MENSAL (Engenheiro Eletricista ART)	10h/mês	93,00	929,95	11.159,40
7		HORA TÉCNICA MENSAL (Engenheiro Civil ART)	10h/mês	107,01	1.070,13	12.841,56

8		HORA TÉCNICA MENSAL (Engenheiro Mecânico ART)	20h/mês	85,52	1.710,35	20.524,20
9	RONDONÓPOLIS	OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	8.498,64	8.498,64	101.983,68
10	CÁCERES	OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	8.498,64	8.498,64	101.983,68
11		OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (mão-de-obra sem dedicação exclusiva)	48h/mês	33,59	1.612,29	19.347,48
12		HORA TÉCNICA MENSAL (Engenheiro Sanitarista ART)	12h/mês	85,52	1.026,21	12.314,52
13	SINOP	OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	8.498,64	8.498,64	101.983,68
14	BARRA DO GARÇAS	OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (mão-de-obra com dedicação exclusiva)	220h/mês	8.611,37	8.611,37	103.336,44
SUBTOTAL MÃO DE OBRA FIXA					78.610,65	943.327,80
15	MATO GROSSO SERVIÇOS EVENTUAIS	Pedreiro; gesso; vidraceiro; pintor; encanador ou bombeiro hidráulico; marceneiro; serralheiro; eletricitista; desenhista projetista; auxiliar de serviços gerais; arquiteto de obra júnior; engenheiro civil e/ou eletricitista júnior. Etc (PAGO SE HOVER DEMANDA)	12	11.327,41	11.327,41	135.928,89
16	CUIABÁ SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	Análise físico químico da Água Gelada (Chiller)	1,0 u/mês	355,20	355,20	4.262,40
17		Manutenção do Fabricante ou empresa credenciada pelo fabricante dos chillers e automação (RTDW 195)	1,0 u/mês	3.890,61	3.890,61	46.687,32
18		Manutenção Preventiva do Grupo Motor Gerador (SR) C400D6	1,0 u/semestre	1.047,47	174,58	2.094,94
19		Manutenção Preventiva do Grupo Motor Gerador (SR) C300D6	1,0 u/semestre	778,13	129,69	1.556,26
20	CÁCERES	Análises Químicas	2,0 u/mês	1525,28	3.050,56	36.606,72

21	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	Limpa-fossa (18m ³ a.a.)	1,0 u /anual	900,00	75,00	900,00
22		Manutenção Preventiva do Grupo Motor Gerador C135D6	1,0 u /semestre	3.424,00	285,33	6.848,00
23	MATO GROSSO	HORA EXTRA MÃO-DE-OBRA.(PAGO SE HOUVER DEMANDA)	12	4.103,97	4.103,97	49.247,66
24	MATO GROSSO	MATERIAIS DE CONSUMO E REPOSIÇÃO (PAGO SE HOUVER DEMANDA)	12	18.464,34	18.464,34	221.572,09
TOTAL GERAL ESTIMADO					120.752,81	1.449.033,72

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que o disposto no §1º, inciso VIII, do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, implica em justificativas para o parcelamento ou não da contratação, verifica-se que no parcelamento formal é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

Diante do exposto no parágrafo anterior, a análise das soluções estudadas evidenciou que a melhor solução é não admitir parcelamento formal, já que a execução do serviço deve ser integralmente feita pela contratada para que o objeto tenha a garantia de eficácia e o controle das atividades realizadas.

Não seria viável parcelar os componentes ou etapas relacionadas a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de modo a ter mais de um prestador na prestação dos serviços. A responsabilidade pelo objeto e sua garantia serão deveres de um único contratado, assim como é a anotação de responsabilidade técnica, junto ao conselho regional profissional.

Para um cumprimento eficaz do objeto do contrato, o objeto do contrato deverá ser adjudicado a um único licitante, tendo em vista a interdependência entre os serviços de manutenções preventiva e corretiva, bem como o eventual fornecimento de peças e materiais. Ainda, a formação de um único grupo tem a função de evitar que um fornecedor tenha a possibilidade de transferir a responsabilidade, quanto a defeitos por ventura apresentados, a outrem.

O parcelamento traria discontinuidades perigosas à eficácia dos serviços de manutenção, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da manutenção dos sistemas, fica ineficiente o parcelamento da contratação.

Ressalta-se que a contratação dos serviços sob demanda em grupo separado do fornecimento eventual de peças e materiais não é uma alternativa tecnicamente vantajosa. Uma vez que há a necessidade de se manter o gerenciamento conjunto e a unicidade/padronização de procedimentos e serviços relativos à manutenção dos sistemas que integram as instalações prediais. Além disso, a aquisição de materiais e peças é essencial e imprescindível à execução dos serviços de manutenção dos equipamentos e instalações, já que o serviço continuado de manutenção é muito dinâmico, principalmente as corretivas, e a empresa contratada deverá providenciar a aquisição das peças na urgência que cada situação exigir.

Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme Art. 122 da

Lei nº 14.133/2021, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, a execução dos serviços especializados, conforme exigências a serem detalhadas no Termo de Referência, poderão ser objetos de subcontratação, caso a empresa contratada não tenha o conhecimento mais técnico específico e avançado para realizar o serviço.

Por derradeiro, tendo por base, ainda que de forma análoga, o § 2º do art. 8º do Decreto nº 7.892/2013, deve-se evitar a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, senão vejamos:

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Conclui-se então que é, tecnicamente, bem mais recomendada a adjudicação por preço global para a prestação dos serviços técnicos nas condições previstas neste Termo de Referência, para evitar perda da eficiência, de economia de escala e de unicidade do objeto. A solução da contratação indicada não acarretará prejuízo à competição entre os participantes da licitação, ao contrário de parcelamento de itens, que poderá acarretar riscos de interrupção parcial da execução dos serviços em caso de descumprimento contratual por qualquer uma das partes contratadas.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes à pretendida prevista ou em execução nesta Superintendência.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação coaduna-se com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria n.º 1735/2010-DG/PDF, atualizado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, contribuindo para que se atinjam os seguintes pontos:

"8. MACRO OBJETIVOS

8.1. Em relação ao Governo

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

8.2. Em relação à Sociedade

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

8.3. Em relação ao público interno

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

(...)

9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

9.7.1. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura

Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e

metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados."

É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeitas condições, visando garantir o funcionamento correto e adequado e isso envolve atender aos requisitos de segurança em suas edificações, de maneira a atingir os macros objetivos, em especial o de satisfação do público interno.

O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: *"Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados."*

Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como benefícios resultantes desta contratação, espera-se manter a adequada conservação e a integridade dos equipamentos, evitar os possíveis transtornos e incidentes por falta de condições técnicas, minimizar as manutenções corretivas dos equipamentos, aumentar o nível de segurança e garantir o correto funcionamento dos equipamentos. Isso contribuirá para que a SR/PF/MT desenvolva suas atividades administrativas e policiais, visando ao alcance dos seus objetivos institucionais.

Além disso, ao garantir uma prestação de serviço confiável, que atenda prontamente às necessidades oriundas do ritmo de trabalho das unidades e realize um escopo de manutenções de forma planejada, os resultados da futura prestação de serviço aumentarão a eficiência dos equipamentos e reduzirão o risco de interrupção do funcionamento.

15. Providências a serem Adotadas

O órgão disponibilizará espaço para instalação de container de escritório, o qual servirá de escritório da equipe de manutenção.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando os possíveis impactos ambientais, a Contratada deverá observar:

Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

Utilizar exclusivamente lâmpadas fluorescentes compactas, tubulares de alto rendimento ou leds e luminárias eficientes, realizando a avaliação e implementação de intervenções energeticamente mais eficientes;

Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos **nas instalações das unidades atendidas da PF em Mato Grosso**. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, dentre outros. Em suma, qualquer sistema, contanto que comprovada a Eficiência Energética gerada de acordo com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, sendo o conteúdo programático do curso aprovado pela administração por meio do fiscal do contrato;

A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos;

Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, que devem ser os mesmos instalados nas unidades da PF, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

17. Das contratações correlatas

Não há contratações correlatas ou interdependentes à pretendida prevista ou em execução nesta Superintendência.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos o ETP viável.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Viável

ELIEZER GENTIL DE SOUZA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 15/03/2023 às 14:59:09.